

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Hissa Abrahão e da Sra. Carmen Zanotto)

*Requer sejam tomadas as providências necessárias para que seja convocado o Sr. **Carlos Fernando Costa**.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário desta Comissão, seja convocado o Sr. **Carlos Fernando Costa**, ex-diretor de investimentos e ex-presidente da PETROS, para prestar esclarecimentos acerca dos prejuízos causados por má gestão e decisões de investimento suspeitas enquanto ocupava cargos executivos no fundo de pensão.

JUSTIFICATIVA

A PETROS – Fundação Petrobras de Seguridade Social – é a fundação de previdência complementar dos empregados da Petrobras. Responsável por cerca de R\$ 66 bilhões de patrimônio, de mais de 150 mil participantes, a entidade é a segunda maior do Brasil, ficando atrás apenas da PREVI, fundo de pensão dos empregados do Banco do Brasil.

Segundo denúncias, desde 2003, o Governo aparelhou os órgãos de governança corporativa da PETROS, com conselheiros e diretores que atuaram de forma a atender interesses escusos de agentes externos, que prejudicaram o desempenho do fundo.

Em 2014, o balanço do fundo registrou um déficit técnico de R\$ 6,2 bilhões, sendo o segundo ano consecutivo, visto que em 2013 o déficit foi de R\$ 2,8 bilhões. Isso significa que o retorno dos investimentos em carteira ficou inferior à inflação mais 6%. Pela legislação de previdência, caso o plano tenha déficit superior a 10% ou tenha perdas por três anos consecutivos, a administradora fica obrigada a formalizar um plano para que os participantes e a patrocinadora cubram as perdas. Consultores independentes da PETROS estimam que os participantes terão que aportar recursos adicionais a partir de 2016.

É necessário que o executivo compareça a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar os devidos esclarecimentos sobre prejuízos causados por má gestão e decisões de investimento suspeitas enquanto ocupava cargos executivos no fundo de pensão.

Pelos motivos aqui expostos, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de agosto de 2015.

Dep. Hissa Abrahão
PPS/AM

Dep. Camen Zanotto
PPS/SC